



1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas, não havia
2 quórum ainda para a realização da reunião, houve a segunda chamada às quatorze horas e dez minutos e tendo completado o
3 quórum mínimo, iniciou-se na Câmara Municipal de Maricá, de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os
4 seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Sandro
5 dos Santos Ronchetti, Antônio Carlos do Rego e Souza, Edson Gonçalves de Oliveira, Adriana Domingues Picanço, Leila
6 Maia da Silva, Rose Mary de Melo Bruce, Rodrigo Cantini, Denise Marchon Tinoco e Antônio Carlos Cunha. Suplente:
7 Moisés Antônio de Melo Abrão e Renata do Nascimento Frazão. O Presidente abre a reunião verificando o quórum necessário
8 para a realização da mesma com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior, 2-Citação dos Ofícios enviados
9 recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do WhatsApp),3-Convite ao Procurador do município de Maricá,4-Convite
10 a Diretora da Organização Social Mahatma Gandhi, Sra. Larissa,5-Convite responsável pelos Agentes de Endemias,6-Convite
11 a Subsecretária de Atenção Primária para apresentar o plano de ação para 2025,7-Apresentação do Relatório da Conselheira
12 Denise sobre a ida à Brasília,8-Sugestão de pauta para próxima reunião,9-Informes Gerais. A Secretária Geral lê as justificativas
13 de faltas dos Conselheiros(as): Marcos Pires por motivo de doença e a Conselheira Danielle Torres Xavier por motivo de
14 trabalho. **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente explica que devido a organização do
15 Fórum não foi possível a conclusão da ata, fica para próxima reunião. **Segundo ponto da pauta.** Citação dos Ofícios enviados
16 recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do WhatsApp). O Presidente informa que os ofícios foram enviados pelo
17 grupo do WhatsApp, mas temos ofícios aqui para serem lidos no pleno, passa a palavra Secretária Geral que diz que primeiro
18 irá ler as respostas que o Conselho formulou à Secretaria de Saúde na reunião passada, Então vai ler os ofícios com as perguntas
19 enviadas e as respostas da Secretaria; o ofício nº 027/CMSM/2025, que foi enviado pelo Conselho pedindo esclarecimentos
20 sobre a extinção da FEMAR cuja resposta vem da seguinte forma: “em atendimento ao solicitado no ofício 27 e 29 Conselho
21 Municipal de Saúde e o segundo de 10 de fevereiro, passamos a terceiros os seguintes esclarecimentos da forma esquemática;
22 o Ofício nº 027/CMSM/2025, conforme o esclarecido pessoalmente na reunião ordinária do dia 30/01/2025, a decisão pela
23 extinção da FEMAR se deu por uma decisão administrativa do Executivo Municipal após processo deliberativo que entendeu
24 que as funções da fundação se sobrepõem as funções da Secretaria Municipal de Saúde, o que elevaria os gastos administrativos
25 da Saúde” A segunda pergunta foi a previsão para transmissão ao vivo das reuniões do CMS-Maricá? Resposta; no que tange
26 a transmissão das reuniões deste Conselho consultando os arquivos da gestão passada verificamos que é um processo
27 administrativo aberto de número 16717 de 2024. Atualmente está na Secretaria de Planejamento cujo objeto é a aquisição de
28 máquina fotográfica e filmadora, sendo certo que estamos envidando todos os esforços para agilizar os trâmites do mesmo.
29 Acreditamos que no prazo de 60 dias os equipamentos já estarão disponíveis. Terceira pergunta, como serão entregues os
30 prontuários da VITA CARE após o desligamento da GNOSIS? Resposta: Os prontuários são documentos do paciente e a OS
31 apenas tem a sua guarda, sendo certo que com a finalização do contrato é sua obrigação legal a devolução sobre o risco de
32 restarem violadas diversas legislações de proteção ao paciente. Posto isso, a GNOSIS entregará em meio magnético todos os
33 prontuários, conforme formatado pela própria. Quarta pergunta: Decisão da Procuradoria sobre como ficará a situação dos
34 concursados da FEMAR? Resposta: A Procuradoria do município de Maricá, emitiu o Ofício nº 36/2025 de resposta ao
35 Ministério Público nos autos do inquérito nº 02.0004.0001242/2025-05, já de conhecimento desse Conselho, esclarecendo que
36 com a extinção da FEMAR, estarão extintos os cargos e, por conseguinte, a obrigação de convocação de qualquer dos
37 aprovados. Quinta pergunta: O que vai ser feito no prédio desapropriado da antiga CMM? Resposta: No prédio desapropriado
38 da antiga CMM, segundo planejamento, será implantado o CMI – Centro Materno Infantil, cujo objetivo é garantir um
39 atendimento multidisciplinar, para melhor atender desde as gestantes, até os casos de TEIA (é um trabalho envolvendo infância
40 e adolescência), passando pela criança e adolescente. Sexta pergunta: Qual o prazo previsto para a conclusão das obras da
41 unidade de Ubatiba? Resposta: Nossa gestão encontrou o Posto de Saúde de Ubatiba em péssimas condições estruturais e,
42 visando a resolução definitiva do problema e a ampliação do serviço, resolveu construir um novo prédio, em concordância com
43 as normas especificadas pelo Ministério da Saúde. Contudo, para que a população local não fique descoberta, a Gestão colocou
44 uma unidade móvel para efetivar os atendimentos e já adota os procedimentos para instalar uma unidade modular que
45 funcionará enquanto a obra durar. A unidade modular tem previsão de instalação e funcionamento a partir do dia 20 de fevereiro.
46 Sétima pergunta: Designação de profissional para a transmissão da reunião por Libras? Resposta: A Secretaria de Saúde em
47 concordância com a Secretaria de Comunicação solicitou a interprete de Libras alocada nessa secretaria para atender as reuniões
48 do Conselho Municipal de Saúde, sendo necessário, tão somente, a comunicação prévia para confluência de agenda. Oitava
49 pergunta: O que será feito com o fim do contrato da GNOSIS, terá outra OS? Resposta: A Gestão da Secretaria Municipal de
50 Saúde, entende que a utilização de OS no apoio à gestão da saúde, garante agilidade, eficiência e eficácia nos procedimentos
51 correspondentes ao bom funcionamento da Atenção Primária e Atenção Especializada. Sendo assim, findo o contrato com a
52 Organização Social GNOSIS, e em virtude dos prazos para o devido encerramento, a gestão municipal fará uma contratação

1

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



53 emergencial, para que os serviços não sejam prejudicados, enquanto o processo ordinário é terminado. Nona pergunta: Como
54 ficará a situação dos aprovados no concurso, serão convocados? E os que já foram convocados permanecerão em seus
55 empregos? No caso dos agentes comunitários de saúde, precisa ser pago o retroativo da insalubridade, precisa de resposta sobre
56 o IFA que nunca foi pago. Resposta: No caso do concurso, já respondido no item 4, acima. No que tange a IFA, até o momento,
57 o município não faz parte do rol que recebe. Estamos verificando os procedimentos necessários para a propalada inclusão.
58 Quanto a questão da insalubridade, o processo está passando pela análise dos Órgãos de controle para verificar os valores
59 apresentados, conforme o fluxo padrão. Décima pergunta: Resposta: Já respondido no item 8. Décima primeira pergunta: Como
60 será gerida a atenção básica e a atenção especializada, será uma nova OS? Resposta: A contratação de agentes comunitários de
61 saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE) deve ser feita por meio de processo seletivo público, de acordo com a
62 Lei Federal nº 11.350/2006. Tal processo seletivo terá as seguintes características: a) O processo seletivo pode ser de provas
63 ou de provas e títulos; b) O processo seletivo deve ser público e não temporário; c) O município pode optar entre o regime da
64 CLT ou o regime estatutário. Destarte, em sendo profissão regulamentada, a Administração seguirá o que determina a Lei para
65 a viabilização da contratação de tais profissionais. Décima segunda pergunta: Sobre a forma de forma de contrato dos Agentes
66 Comunitários precisa ser cumprida a lei? Resposta: A Gestão da Secretaria Municipal de Saúde prima pela retenção de capital
67 intelectual, desde que ela reflita técnica e eficiência. Todavia, a questão do aproveitamento dos funcionários dispensados da
68 GNOSIS pode ser apenas uma sugestão, não havendo, legalmente, como impor a OS, que é uma entidade autônoma e com
69 obrigatoriedade de cumprir metas, a formalização de qualquer contratação. Diz que essas foram as perguntas feitas pelo
70 Conselho com as respostas da Secretaria. O Presidente deixa franqueado a palavra. O Conselheiro Cunha pede à Mesa que
71 fosse lido e consignado em ata a nossa resposta sobre a questão da empresa LEFE ao Promotor Rômulo do Ministério Público
72 da Tutela Coletiva da Saúde, gostaria que a Secretária desse esse encaminhamento. A Conselheira Denise diz que gostaria de
73 fazer um apontamento de uma coisa que julga muito séria. Na última reunião foi a primeira a fazer solicitação de pauta e mais
74 uma vez sua pauta está no item sete. Isso é complicado, porque isso diminui o direito de fala. O Conselheiro Moisés diz que
75 primeiro queria sugerir ao colegiado diante do que a Conselheira Denise está falando, que pudesse inverter a ordem da pauta,
76 se não for comprometer os trabalhos, e que a Mesa avaliasse se poderia ser possível. O Presidente pergunta se mais algum
77 Conselheiro gostaria de fazer algum comentário sobre os ofícios. O Conselheiro Cunha diz que o Procurador está presente. O
78 Presidente diz que vamos seguir a pauta, que estamos primeiramente na leitura dos ofícios, pergunta se mais alguém tem mais
79 alguma manifestação? Diz que vai fazer a leitura do ofício que o Conselheiro Cunha pediu agora para incluir aqui na leitura. O
80 Conselheiro Moisés diz que sobre o ofício que a Secretária Geral leu o ofício resposta da Secretaria, acha que continuamos na
81 mesma encruzilhada das outras últimas reuniões, uma porção de perguntas e resposta, sem um aprofundamento. Sobre isso,
82 tem base, depois pegamos com a Secretária no momento oportuno, podemos ler, mas gostaria que pensássemos no que foi dito
83 na reunião anterior. Inclusive, acha que deliberamos sobre, caso não tivesse respostas ou todos não concordassem com as
84 repostas não prosseguimos com a pauta, foi isso que combinamos aqui, então acha que se foi esse o combinado, precisamos
85 seguir aquilo que deliberamos. O Conselheiro Sandro diz que primeiro, queria dizer que a resposta veio, se não está satisfatória
86 para algum Conselheiro, que emita nova pergunta, todas as respostas foram respondidas de acordo com o que temos de resposta,
87 não dá para inventar resposta. Desculpa, mas as respostas que nós temos hoje para dar de uma gestão que assumiu há dois
88 meses, desculpa, mas é uma questão meramente de justiça com a gestão que está entrando. A questão da FEMAR é a que
89 temos, o Procurador está aqui e pode até acrescentar mais alguma coisa. A questão dos concursados, esse Conselho ficou
90 sabendo antes da gestão porque teve a Procuradoria respondeu no processo, a resposta da Procuradoria foi para dentro do grupo
91 desse Conselho. Então ninguém pode dizer que não recebeu a resposta, e como falou na última reunião que a gestão faria aquilo
92 que a legislação permitisse e que fosse colocado para Procuradoria. A Secretaria de Saúde não tem essa autonomia de fazer
93 nada contra o que a Procuradoria e a legislação dizem, então ficar pleiteando uma interrupção da reunião por conta de dizer
94 que não tem resposta embora saibamos que na outra gestão as respostas demoravam meses para chegar e a gestão atual
95 respondeu com questão de um mês. Então, acha que é um pouquinho de até de respeito com essa parte também do Conselho
96 que a gestão não é fora do Conselho, o Conselho é formado por Usuários, Profissionais de Saúde e Gestão, acha que é até uma
97 questão de respeito e depois também temos outras coisas para falar, mas a princípio em relação ao ofício, é só isso. A Secretária
98 Geral diz que problema não é a questão da resposta, ela vem, mas em alguns casos precisamos de ter prazos e uma definição,
99 pelo menos um prazo para que possamos trabalhar em cima disso. O Conselheiro Sandro diz que outra questão que está sendo
100 colocada há muito tempo é a questão dos equipamentos, colocou o prazo de 60 dias inclusive, por isso vem junto com o
101 interprete de libras porque não faz sentido ela estar aqui, se não tiver transmissão, isso está colocado e é o nosso compromisso.
102 Quanto ao resto não têm como mudar e dar um prazo. As outras questões foram respondidas, vocês perguntaram como vai ser
103 a questão da OS, foi respondido, quanto aos concursados está colocado que essa questão não depende da Secretaria de Saúde,
104 isso não é uma deliberação ou determinação da Secretaria de Saúde, depende da Justiça. A Secretária Geral lê o ofício sobre as



105 ambulâncias da LEFE. Senhor Promotor, por solicitação do Comissão de Regulação/Urgência e Emergência o CMS-Maricá
106 está encaminhando resposta à promoção de indeferimento de plano. O expediente em epigrafe traz denúncia do Conselho
107 Municipal de Maricá, encaminhada por e-mail onde relatam possível irregularidade na contratação da Empresa LEFE
108 EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MP sob. Nº 11.204.117/0001-3, com sua Sede na Rua General
109 Andrade de Neves, 306 -GALÃO - São Domingos, Niterói/RJ – CEP 24210-000, para fornecimento de ambulâncias, para
110 atender a rede de urgência e emergência do município de Maricá. Vimos por meio desta informar sobre os documentos
111 referentes a Empresa supracitada, a fim de informar as irregularidades referentes as denúncias do contrato nº 44/2023, onde
112 nem tão pouco foram respondidos os questionamentos do CMS-Maricá, e nem a presença dos fiscais do referido contrato. Em
113 várias tentativas foi solicitado a lista de registros com a contratações de todos os Condutores com suas CNH compatíveis com
114 a categoria pela Empresa LEFE EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME das ambulâncias. Outrossim, as notas fiscais
115 eletrônicas, atestando as devidas Unidades Móveis com cada Placa/RENAVAM ao Processo nº 44/2023 com seus devidos
116 descontos individuais/ Placa da Ambulância, onde não atende o Ano “MÁXIMO 02(DOIS) ANOS” de cada ambulância
117 conforme edital e contrato assinado. Em resposta ao Memorando nº 25/2023, 24/11/2023 pelo (anexo) Gabinete da Secretaria
118 Municipal de Saúde, Assunto: Resposta ao Memorando nº 1544/SMS/2023, onde, no entanto informam aos Conselheiros que
119 de acordo com a Lei de Licitação nº 8666/93, ainda vigente, não é permitida a RENOVAÇÃO ou PRORROGAÇÃO de contrato
120 emergenciais estabelece 180 dias como prazo máximo para uma contratação emergencial, sem possibilidade de prorrogação,
121 ainda que os serviços sejam contínuos. Esta interpretação é do TCU e do TCE, e pela grande maioria da doutrina especializada.
122 Então POR QUE A LEFE É A ÚNICA EMPRESA, que vem desde do ano de 2017 cometendo irregularidades ao não atender
123 as exigências do editais e contratos, além das prorrogações, e outros meios de manter a Empresa no Município de Maricá, uma
124 vez a SMS-Maricá, informa que “ Não haverá a prorrogação do contrato emergencial celebrado com a Empresa LEFE
125 EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME, nº 25/2023, de 24/11/2023, fato este que até o presente ano de 2025, está renovando
126 seus serviços até a presente data e após consultar debito municipal (base empresa) a certidão negativa da Empresa em
127 24/01/2025, ainda consta “ Positiva” e recebendo pela prestação de serviços do município de Maricá (segue anexo). Fato este
128 que ainda não houve esclarecimentos pela Empresa, nem tão pouco pela SMS-Maricá. Na certeza da importância de tais
129 documentações nos colocamos à disposição com votos de estima e consideração. A Secretária Geral pergunta ao Conselheiro
130 Cunha se quer fazer algum comentário? O Conselheiro Cunha informa que foi feito também o dossiê com toda a documentação
131 comprovando o que foi citado, que foi enviado para à Secretaria de Saúde e agora foi enviado também para o Ministério Público
132 da Tutela Coletiva da Saúde e futuramente também vai para o Ministério Público Federal. O Conselheiro Sandro diz que é
133 importante, os Conselheiros têm que falar disso, estive no Conselho e passaram essa questão da LEFE, realmente é uma questão
134 que pegamos, já estamos vendo os processos que já foram encaminhados para Controladoria e Procuradoria; a questão do
135 recebimento foi colocado, já há jurisprudência que diz que enquanto a empresa tiver prestando serviço mesmo com a certidão
136 negativa ela continua recebendo, não podemos segurar o pagamento dela. Outra questão a gestão informou ao Conselheiro e o
137 Secretário informou aqui a empresa não vai ter renovação de contrato da Secretaria. O Conselheiro Cunha diz que essa certidão
138 Municipal de Niterói, ela é positiva/negativa quer dizer que a empresa não está pagando e por lei ela não poderia estar
139 recebendo, teria que e comprovar esse o pagamento. O Conselheiro Sandro responde que a legislação diz que quando a empresa
140 estiver prestando serviço não podemos segurar o pagamento. O Conselheiro Cunha diz que esse debate já não tem que
141 acontecer, já está na mão do Promotor, ele quem vai dar parecer, hoje a pessoa certa para analisar, é o Promotor, o Dr.
142 Rômulo, quanto do Ministério Federal eles que vão dar o parecer se eles falarem que está tudo bem, tudo bem aproveita e pede
143 à Mesa para fazer um ofício à Secretaria de Saúde solicitando um prazo por escrito para saber dessa empresa se ela vai ficar
144 até março/maio, mesmo ou qual a data prevista que a empresa vai ficar, porque isso já viemos cobrando desde de 2023,
145 cobrando aos Secretários, a resposta que temos é que a empresa vai sair e isso já vai para dois anos, ele quer solicitar ao
146 Presidente que seja enviado um ofício à Secretaria de Saúde perguntando o tempo certo dessa que essa empresa vai dentro
147 do nosso município. A Conselheira Denise diz que uma coisa acordada também é ler ofício e debater, que o debate não estava
148 na pauta, por ela não incomoda, mas houve um debate ferindo a pauta, então agora temos que definir a leitura de ofício e debate
149 ou só leitura de ofício. A Secretária Geral explica à Conselheira que nesse caso agora foi aberto o debate porque houve uma
150 decisão na reunião passada que só prosseguiria com a pauta caso a resposta não fosse satisfatória. O Presidente diz que foi
151 solicitada aqui uma invenção **do sétimo ponto de pauta**; Apresentação do Relatório da Conselheira Denise sobre a ida à
152 Brasília. A Conselheira Denise se apresenta diz que é representante da Metropolitana II no Estado, Conselheira Estadual e
153 Conselheira Municipal de Maricá, que não vai fazer um relato, vai fazer uma breve fala para os ouvintes, porque tem um
154 assunto muito grave para relatar nesse Conselho que é de uma seriedade estúpida para a plateia. Muitas queixas sobre
155 maternidade, violência obstétrica que é uma coisa assim inimaginável no século 21 e falou aqui diversas vezes no Conselho,
156 no Estado e na Metropolitana não foi ouvida, então solicitou ao Ministério da Saúde duas agendas; uma com a direção de



157 hospitais do Ministério e outra com à Ouvidoria Geral, que queria da ouvidoria um link do Ministério da Saúde direto com
158 todas as maternidades, para que soubesse como foram tratadas as mulheres, isso aí está meio amarrado. A política está travando,
159 mas quer dizer que no PNAISM - Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher já estão incluídas as demandas as
160 quais levou e já recebeu retorno por e-mail do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde virá ao Estado para saber o que
161 acontece no Rio de Janeiro, vai fazer uma pesquisa e ter reunião com todos os Secretários e Conselheiros do Estado do Rio de
162 Janeiro. Pede ao Presidente uma oportunidade explique porque foi enviado um ofício a sua Associação, primeira pergunta: O
163 conselheiro é representante legal da instituição nesse colegiado certo? então não seria o Conselheiro portador de qualquer
164 solicitação de documento da instituição? acha uma coisa razoável. No dia 17, na véspera da sua viagem à Secretária Geral,
165 enviou uma mensagem dizendo que seria enviado um ofício à AMARI pedindo a ata que estava atrasada, que foi descoberto
166 naquele dia, que ela esteve na quinta, sexta e no sábado com as duas secretárias e ainda não tinham detectado o atraso dessa
167 ata? e uma indicação para o Conselho, sendo que, sua indicação termina em 31 de Dezembro de 2025, foi feito um ofício ao
168 qual o senhor assinou exigindo a ata em 10 dias que seria até o dia de hoje, senão ela não poderia participar da reunião ordinária.
169 Quer saber em qual documento ou Regimento seja o que for, foi fundamentado que assim que a instituição é avisada, ela tem
170 10 dias, se não o Conselheira está proibido de participar da reunião, como é solicitada uma indicação para o Conselho, quando
171 essa indicação está vigente ainda, nós estamos no início de 2025. indicação de 2025, na véspera de uma viagem que estava
172 extremamente nervosa e ansiosa uma missão muito difícil e solitária, porque conseguiu agenda pelo seu e-mail pessoal e não
173 pediu ajuda aqui, nem ao CES e nem em lugar nenhum, pura determinação, ficou muito nervosa e desapontada porque o
174 segmento usuário nesse Conselho é desprezado. O Presidente por uma questão de ordem fala para a Conselheira Denise que
175 ela veio primeiramente apontar aqui que a pauta não estava sendo seguida, aí você pede uma inversão para apresentar relatório
176 da sua ida à Brasília. A Conselheira Denise interrompe e diz que o que não estava na pauta foi debatido, está fazendo uma
177 denúncia e foi calada. Diz que o segmento usuário está sendo calado e perseguido. O Presidente diz que a Conselheira não está
178 sendo calada é questão de ordem ou colocamos ordem ou isso aqui vira um galinheiro. A Conselheira Denise interrompe e diz
179 que foi debatido o assunto da ambulância pela quinta vez. O Presidente diz que estava sendo lido o ofício que era pauta, agora
180 o que que tem a ver questão da sua ida à Brasília com a sua insatisfação e com outras questões alheias. A Conselheira Denise
181 interrompe e diz que está fazendo uma denúncia do Presidente do Conselho que assinou um ofício irregular. O Presidente diz
182 que até em respeito ao público presente e aos outros Conselheiros que estão aqui e o avançado da hora, tem uma pauta a seguir,
183 temos problema muito mais sérios no SUS para poder debater aqui dentro, pede a Conselheira Denise que primeiramente tenha
184 respeito a esse Presidente que está aqui na sua frente, aos pares e ao público presente. Pergunta se a Conselheira já terminou o
185 seu relatório sobre a sua ida, Brasília? por que fez tanta questão de inverter a pauta, para não falar. A Conselheira Denise diz
186 que não fez questão não, quem sugeriu foi o Conselheiro Moisés, citou que a pauta que era a primeira foi para do sétimo lugar.
187 **Terceiro ponta da pauta.** Convite ao Procurador do município de Maricá. O Presidente diz o Procurador Dr. Ubirany Lopes
188 Evangelista que veio representando a Procuradoria do município, convida ao Procurador fazer o uso do espaço, para nos dar
189 algumas explicações. o Procurado Dr. Ubirany diz que agradece primeiramente o convite, que é muito importante a iniciativa
190 de trazer Procuradoria para essa conversa e essa interação. Esclarece que não é subprocurador é um Procurador de carreira do
191 órgão que divide o gabinete do Procurador Geral com Procuradores de carreira. A questão que foi levantada que diz respeito
192 aos concursados é um desafio jurídico, foi apresentado na Procuradoria e especificamente ao gabinete do Procuradoria-geral
193 esclareceu que o Procurador da Saúde, tem processos que envolvem a Secretaria de Saúde, mas que podem ser alocados pelo
194 gabinete do Procuradoria-geral, são revisados pelo Procurador-geral, então toda tramitação desses ofícios não é do seu
195 conhecimento, no entanto conhece essas respostas, conhece o posicionamento da Procuradoria e não é uma decisão da
196 Procuradoria. A Procuradoria é um braço consultivo, ela é chamada a consulta jurídica, consulta de dúvidas de natureza jurídica
197 de acordo com o cenário que é apresentado e a resposta da Procuradoria foi nesse sentido. Porque é um desafio para o cenário
198 jurídico que você aproveita-se o cadastro de uma entidade da administração direta para a administração direta, a Procuradoria
199 se sensibiliza com a própria carreira de Procuradores estritamente de concurso público é uma problematização que que se
200 apresentou que muitas das vezes foge até do escopo do chefe do Poder Executivo que tomou uma decisão política, mas que
201 pode ser debatida pela sociedade civil, pelos órgãos de controle, a Procuradoria se disponibiliza para tratar com os órgãos de
202 controle para tentar encontrar algo que seja possível, mas a Procuradoria não tem poder de decisão, porém a decisão é do titular
203 da pasta, do Prefeito e do Secretário que tem o poder de decidir e tem responsabilidade administrativa e política sobre cada
204 decisão, então enquanto apoio técnico a resposta da Procuradoria e buscando o que há mais de jurisprudência, entendeu-se
205 que não seria no primeiro momento possível aproveitar o cadastro de aprovados para administração direta, segundo que se
206 encontra como menor direito, então foi só nesse sentido que a Procuradoria dentro da sua contribuição respondeu, mas não tem
207 poder de decisão. O Presidente agradece a presença do Procurador, deixa aqui aberto esse espaço à disposição da Procuradoria
208 para futuras parcerias como um braço, consultivo do poder público e que precisamos justamente ter essa ligação, para podermos

4

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



209 conseguir caminhar o máximo aos pés do rigor da Lei. **Quarto ponto da pauta.** Convite a Diretora da Organização Social
210 Mahatma Gandhi, Sra. Larissa. O Presidente diz que o convite foi enviado, só que não apareceu ninguém. O Conselheiro Cunha
211 diz que devemos começar a trabalhar com o Conselho e a comissão com a Mahatma, que o desrespeito está total conosco, toda
212 vez que fazemos o convite e eles não comparecem, como foi feito a Empresa LEFE também. Gostaria que fosse feito um ofício
213 mais uma vez solicitando a presença deles, com o mesmo assunto que temos que abordar e ele não estão vindo aqui para
214 esclarecer e vai. Ficando para a próxima reunião. O Procurador Ubirany diz que se não for é incômodo, gostaria de se retirar.
215 O Conselheiro Moisés pede que aproveitando, a presença do Procurador ainda. Agradece a presença do Procurador, se apresenta
216 dizendo que também é servidor de carreira desse município, entende que a Procuradoria como um órgão de assessoramento.
217 Acha que tem muitas outras questões para falar sobre a questão dos concursados, mas você já sinalizou que nesse primeiro
218 momento, juridicamente a Procuradoria entendeu que não seria possível, e chama à atenção mais uma vez do Conselho que
219 precisa emitir parecer. Qual é a opinião e o posicionamento do Conselho sobre o assunto. Gostaria de fazer uma pergunta em
220 especial sobre a questão do Agentes Comunitários de Saúde porque especificamente interessa muito a questão de concursados
221 como um todo, se formos pelo princípio da continuidade, temos grandes problemas de contratações por Organizações Sociais
222 e a Secretaria de Saúde diz que está contratando uma OS, e diz que está fazendo isso porque é uma forma ágil, eficaz e eficiente
223 o que discordo completamente, precisamos ter continuidade no serviço público. Por isso você tem a carreira de Procurador,
224 não pode a cada governo que troca, a cada semestre ter um Procurador novo, Então daí a importância, de querer chamar a
225 atenção dos Agentes Comunitários de Saúde, porque eles fizeram também essa prova, tem muitos concursados que não sabem
226 a verdade, mas parece, inclusive, que hoje é o último dia de trabalho de algumas pessoas, não tenho certeza e o Agente
227 Comunitário de Saúde, ele tem uma Legislação Federal específica que fala como deve ser a forma de contratação desse
228 profissional e mais uma vez o município descumpra uma Legislação Federal. Então queria entender e a sua pergunta vai neste
229 sentido. Qual é o entendimento da Procuradoria para um órgão, no caso à Secretaria de Saúde nesse momento, antes era a
230 FEMAR que descumpra, qual é a visão da Procuradoria quando um órgão descumprir uma Legislação e uma Lei Federal? A
231 Lei é muito clara, Agente Comunicando de Saúde precisa ser contratado por um processo seletivo público e não através de uma
232 OS, que é o que repetidamente é município vem fazendo. Então aproveitando sua presença, agradece mais uma vez sua
233 participação, será sempre bem-vindo, se for possível darmos continuidade a esse diálogo. Acha que é importante termos outras
234 questões que precisamos discutir, mas queria chamar atenção para isso pois tem descumprimento de uma Legislação no seu
235 entendimento, não é Bacharel em Direito, é Professor, mas quer chamar atenção para isso, porque no seu entendimento há um
236 descumprimento de uma Legislação Federal, parece que já tem uma OS que está inapta e está tudo certo para entrar e se
237 formos analisar custo operacional, por exemplo; o custo operacional que está levantado em dados para contratação de OS é
238 muito mais caro do que contratar as pessoas que fizeram concurso público. Então qual é o olhar da Procuradoria sobre essa
239 questão? O Procurador diz que na verdade o que a Legislação define é aquilo de fato, que seja feita uma seleção prévia, mas
240 há uma confusão, não se trata de um concurso público, não numa administração direta. O que ocorre que mesmo a contratação
241 pela OS desses Agentes vai ter que atender a esses critérios de seleção pública. Então é nesse sentido que a Procuradoria entende
242 a questão, no entanto como havia dito não pode manifestar aqui formalmente porque a Procuradoria estará dando aparecer nos
243 processos e os pareceres da Saúde que passam pelo visto do Procurador Geral para serem avocados, então não conhece
244 especificamente essa situação, mas o que coloca como questão jurídica nisso. O Conselheiro Cunha diz que o Ministério Público
245 coloca assim, por isso que foi feito esse concurso público porque o Ministério provocou, que tivesse aqui no município concurso
246 público, não entendo porque agora foi taxativo ter que ser retirado esse concurso público visto ter sido uma solicitação do
247 Ministério Público. Acredita até que vocês estão aí têm que correr atrás desse parecer para deixar de ser usado como político
248 e começar a correr atrás de um trabalho, isso entra uma questão jurídica, e vocês têm direito vão ganhar, isso já aconteceu
249 com ele, diz que é funcionário Estadual perdeu, recorreu, à Procuradoria do Estado que deu parecer contrário a nós, mas
250 conseguimos depois e todo mundo foi remanejado, então vocês façam a mesma coisa, não desista, corre atrás desse parecer
251 do Ministério Público, o próprio Conselho pode ajudar muito, parece que tem esse documento, depois nós vamos tentar
252 organizar, conseguir e ajudar vocês, mas vocês têm o direito sim. O Procurador diz que a Procuradoria sensibiliza para questão,
253 no entanto não tem o poder de decisão para definir, é uma decisão de natureza política a extinção da Fundação, existe um
254 cenário desafiador em termos jurídicos para efeitos do aproveitamento de cadastro. Em relação a essa questão de concurso
255 público na verdade o que a legislação define é que deve haver uma prévia seleção pública que não é o mesmo que concurso
256 público, então a OS tem que atender esse comando e a Secretaria tem que fiscalizar. O Conselheiro Cunha diz que não é,
257 sabendo que é essa seleção pública, gostaria de saber como vai ser e como os funcionários vão ser chamados. O Conselheiro
258 Sandro diz que quem fizer a seleção vai ser chamado. O Conselheiro Moisés pergunta se existe alguma possibilidade de
259 prosseguirmos esse diálogo, de organizar talvez uma reunião, um encontro com a representação do Conselho para discutirmos
260 e tentar entender um pouco mais sobre essa questão, o senhor acha que é possível marcarmos para que possamos ir até vocês



261 ou vocês virem até ao Conselho. O Procurador responde que sim e que a Procuradoria está à disposição para debater com quem
262 quer que seja, com os órgãos, a Câmara, estamos disponíveis para isso. Se não for incômodo e puder se retirar porque tem outro
263 compromisso. O Presidente agradece ao Procurador Ubirany pela presença. **Quinto ponto da pauta:** Convite responsável pelos
264 Agentes de Endemias. O Presidente diz que o Ronald vai responder os questionamentos, pede que ele tome parte do nosso
265 Plenário. A palavra está franqueada e que foi o Conselheiro Edson quem solicitou. Conselheiro Edson diz que são três as
266 perguntas; que após algumas reuniões no ano passado, logo em seguida tiverem vários casos de dengue aqui no município.
267 Primeiro: Qual o planejamento para o combate à dengue visto a possibilidade de uma possível pandemia? O Ronald, se apresenta
268 diz que está Gerente da Vigilância em Saúde Ambiental onde o programa da dengue é inserido respondendo à pergunta do
269 Conselheiro vai dar um panorama de como está o programa da dengue. O programa da dengue é um programa que funciona
270 durante os 12 meses do ano, com Agentes visitantes dentro do organograma do programa e temos: Os Supervisores Gerais,
271 os Coordenadores de campo e os visitantes, isso é a rotina da visita domiciliar. Junto disso temos uma equipe de pontos
272 estratégicos e uma equipe de UBV, que é a mesma equipe, porque temos a mesma equipe; porque entendemos que a utilização
273 do carro fumacê é o último ponto, cita o porquê de não manter só uma equipe para utilização do UBV. Os pontos estratégicos
274 são basicamente são aqueles pontos onde temos passivo; borracharia e ferro velho, que precisamos ir de 15 em 15 dias estar
275 fazendo tratamento com aduldica para que não tenha proliferação do vetor da dengue. Temos também a equipe do laboratório
276 e a equipe do registro geográfico que é a equipe que faz os mapas para que os Agentes possam percorrer o território. Temos a
277 equipe de mobilização em saúde que é uma equipe específica para Educação Ambiental, que fornecem palestras nas escolas,
278 capacitação para todo órgão ou entidade da prefeitura. Isso é como funciona o geral programa. Tem os Agentes visitantes
279 fazendo essas visitas, por ciclos, a cada vez que se faz um Lira, nós temos 06 Liras e a cada dois meses é um ciclo de tratamento
280 e de visita. Temos hoje pactuado 116.840 imóveis por ciclo e temos que fazer 80% disso, isso é na rotina, isso acontece
281 todo o ano, não só no caso de uma epidemia de dengue como aconteceu no ano passado, existe um plano de contingência de
282 arbovirose, que é um plano que a Coordenação de Vigilância em Saúde sempre faz, ele é bianual, passa inclusive pela aprovação
283 do Conselho e dentro do plano existem Ações que são extratadas no momento em que você consegue observar que está
284 entrando numa possível epidemia ou na crise sanitária que entramos no ano passado. Uma dessas ações era o uso da Ultra
285 abaixo do volume que é um carro fumacê. Outra ação que sempre fazemos é um trabalho Peri focal e espacial com as bombas
286 costais nos locais, aonde tem casos suspeito de dengue, Exemplo: Chega uma notificação através da vigilância epidemiológica
287 é a equipe do PEA (Programa de Saúde Ambiental) vai para essa localidade fazer ali a aplicação espacial do inseticida no
288 quarteirão para evitar que se alastre, fazendo a contenção do vetor, existe uma intensificação nessa rotina e na mobilização da
289 saúde, que é a Educação Ambiental para a população, escola e posto de saúde. Então o que fazemos basicamente nessa questão
290 da dengue de rotina foi o que falou que tem durante 12 meses e num momento de crise onde possa ser decretada uma emergência
291 sanitária por epidemia de dengue, temos esse plano de contingência onde tratamos as ações para poder intensificar e não deixar
292 que isso suba ao máximo. O Conselheiro Edson diz que na teoria é sempre muito bonito, mas vem aqui justamente por
293 representar o coletivo de moradores de Ponta Negra e tem recebido muitas denúncias e reclamações relacionadas,
294 principalmente, a não visita pelo Agentes de Endemias. O que acontece, graças a Deus que estamos tendo essa estiagem e
295 não estamos tendo chuvas, imagine se começar a chover novamente e tiver um surto de dengue. A gestão está nova agora, está
296 se organizando e adequando os hospitais que não estão adaptados para o atendimento, imagina o caos que vai virar essa cidade.
297 Pergunta o que a Vigilância faz para ter o controle e certeza que os Agentes de Endemias estão indo às casas, tem vários
298 documentos e vários moradores que pode provar, principalmente por aquele cartão que se pode ver as datas se é a primeira,
299 segunda, terceira e tantas vistas que os Agentes fazem ou quando chegar em casa vai ver essa anotação nesse cartão constando
300 dois anos da última visita, as vezes três ou quatro meses é complicado porque depois a coisa desanda e a bomba estoura e
301 todo esse problema que temos na saúde vai se tornar ainda pior. O Gerente Ronald fala com o Conselheiro Edson no que diz
302 respeito a essas denúncias de que os Agentes não estão visitando as residências, você pode repassar para a Vigilância em Saúde
303 Ambiental, para o Secretário de Saúde Dr. Marcelo, O Conselheiro Edson diz que vai fazer um levantamento, pedir a todos os
304 vizinhos para tirar foto do cartão de visita do Agentes de Endemias e vai juntar tudo e te enviar para você saber o que está
305 acontecendo. O Ronald continua dizendo que assim vamos identificar e entender o motivo disso. A Outra pergunta é de como
306 fazemos a supervisão, esse Supervisores Gerais, esses dois tipos de supervisão fazemos, a supervisão direta e supervisão
307 indireta, o que acontece o Agente de Endemias tem um boletim diário para preencher, que chamamos de itinerário, esse
308 itinerário é colocado para ele pelo supervisor do local e ele precisa percorrer no dia, precisa trabalhar, ali ele vai pegar e
309 colocar aqui na casa 20 ele entrou e fez a visita, na casa 22 foi uma recusa o morador não deixou entrar, o que é um problema
310 grave, que tem hoje também, na casa 30 não tinha ninguém e assim sucessivamente, esse boletim diário passa pelo Supervisor,
311 é consolidado que vai passando, isso é digitado diariamente para o Estado porque é uma pactuação e precisa se consolidado
312 sempre. A Supervisão direta, ela é feita com o supervisor com a presença do Agente de Endemias que pergunta se ele foi num



313 determinado local, aqui está o papel e vai com o Agente no local para verificar se as informações que estão no papel de fato
314 são verdadeiras ou não e a supervisão indireta é o supervisor fazendo isso sozinho, afirma que essa supervisão acontece é
315 nessa supervisão que pegamos os erros, então o que acontece? temos os supervisores gerais e os supervisores de campo para
316 fazer isso, não só para fazer supervisão, mas para poder também delegar as funções e nos passar todas as demandas, mas volta
317 a dizer para você, que passe essas denúncias que tem, pede para passar para ele para que possamos de fato verificar, não há
318 problema nenhum em irmos a campo para fazer essa verificação. O Conselheiro Edson fala do caso que aconteceu
319 recentemente, que a Defesa Civil foi resgatar um jacaré dentro da piscina. Então sabemos que tem muitas casas que estão
320 abandonadas com piscina e parte de recipientes e tal, então qual o tipo de ação que vocês farão nos casos das casas abandonas
321 e de veraneio? Isso aí vai ser um grande foco de dengue com a volta das chuvas. O Ronald diz que nesse caso do jacaré na
322 piscina ele teve no mesmo dia junto com a Defesa Civil e com a nossa Guarda de piscinas abandonadas, é uma outra equipe
323 que temos que também é composta por Agentes de Endemias, mas ela sempre esteve ligada diretamente a ZOONOSES que é
324 sua pasta, é uma equipe de piscina abandonada, existe Agentes específicos só para fazer isso. Tivemos lá para olhar essa
325 piscina, são duas, inclusive a Guarda Municipal também estava lá, informou que a SANEMAR estava trazendo um caminhão
326 auto vácuo para poder tirar aquela água, demos um prazo de 15 dias para que o proprietário se apresente e, que parece que é
327 uma invasão, está falando dessa piscina do jacaré especificamente, pra ele parece uma invasão, é uma casa em litígio, mas
328 demos um prazo de 15 dias para que eles pudessem resolver aquela situação para voltarmos lá é notificar novamente. A
329 respeito das piscinas abandonadas e casas de veraneios como um todo, como disse, existe uma equipe de piscinas abandonadas
330 que recebe os processos de denúncias vindos da ouvidoria, esse processo vai para as mãos dessa equipe que fazem essa rotina
331 de trabalho, notifica, na grande maioria das vezes, conseguimos sucesso porque a pessoa atende e vê a necessidade e faz o
332 tratamento, quando não conseguimos através da lei complementar 167 que é a Lei que determina a limpeza de terreno, de
333 vias públicas a gente consegue notificar através de outras Secretarias, que a são as Secretarias de Urbanismo e Meio Ambiente
334 que faz isso, não sei se de fato ainda são eles, mas a Lei determina isso. Ultrapassamos esse processo no momento que não
335 conseguimos êxito por umas situações por exemplo: não tem ninguém, casa de veraneio, fizemos três visitas que são de praxe,
336 não tem ninguém, ultrapassamos os processos para outro setor para que ele possa ser notificado através do JOM para limpeza
337 em 30 dias, passível de multa. Sobre os terrenos abandonados é a mesma coisa, muitas denúncias de terrenos abandonados
338 quando chega para nós, são terrenos murados, não conseguimos entrar porque é particular, aí pegamos e mandamos para outra
339 Secretaria para notificar através dessa Lei complementar 167/2007, para que o dono do terreno seja notificado pelo JOM para
340 a limpeza se não vai ser multado. Diz que denúncias de piscinas e terrenos abandonados precisam chegar para ele através da
341 ouvidoria, não adianta ir na Vigilância, não recebemos denúncia, apontamos e fazemos a fiscalização, para podermos fazer
342 uma fiscalização precisam ter um processo administrativo que é aberto na Ouvidoria. O Conselheiro Edson agradece ao Ronald
343 pelas respostas, estamos aqui para ajudar justamente porque se gerar uma epidemia isso vai congestionar a saúde e estamos
344 tentando fazer a saúde funcionar com excelência e uma epidemia de dengue agora seria a pior coisa do mundo. O Ronald
345 concorda e aproveita o momento, diz que estão trabalhando duro, fazendo capacitações, nessa semana com a equipe do Melhor
346 em Casa, para que nas visitas eles pudessem também fazer multiplicação das informações dos 10 minutos, temos feito outras
347 capacitações e nas próximas semanas faremos mais com todos os órgãos, porque entendemos que precisamos não só do apoio
348 da população no que diz respeito a questão da dengue, mas também das Entidades e dos Órgãos Públicos também. A
349 Conselheira Denise pede ao Ronald uma atenção especial para os dois Condomínio Minha Casa, Minha Vida porque há muito
350 descontrole com a água, muito vazamento de boia, muita água empossada, garrafas é muito colocada sem controle, é um perigo
351 grande. O Ronald diz que a equipe do PEA esteve no Condomínio Minha Casa, Minha de Itaipuaçu. A Conselheira Rose Mary
352 diz que gostaria de saber sobre o fluxograma das visitas de rotinas, são feitas normalmente nas borracharias e ferro velhos e se
353 vocês também fazem ao cemitério público. O Ronald responde que sim, que o cemitério público é um ponto estratégico. A
354 Conselheira Rose Mary diz que detectou tanto no ano passado, inclusive foi até o motivo de um ofício que fizemos e foi
355 respondido dizendo que essas visitas são feitas. Agora recentemente no mês passado, estive novamente lá constatar muitos
356 mosquitos no ambiente e inclusive no Memorial, prédio novo, muitas baratas e mosquitos, então gostaria de pedir se possível
357 uma atenção e se essas visitas são feitas, no caso, uma vez por mês, é mensal? O Ronald diz que o ponto é estratégico e temos
358 cadastrado 93 pontos no município, esse ponto estratégico é feito de 15 em 15 dias é rotina que assim como as visitas
359 domiciliares são rotinas que são pactuadas com o Estado e digitadas todas semana, no final temos o consolidado do município
360 como foi o desempenho dele, todo município é assim. No que diz respeito às baratas não compete a Vigilância de Saúde
361 Ambiental, porque não é de importância médica, já teve há uns dois anos atrás uma demanda do administrador do hospital no
362 que diz respeito da questão das baratas, que passou para ele é fomos lá, fizemos a inspeção, nós conversamos mas o que
363 passamos para ele na época, é que ele precisava contratar uma empresa para fazer a desinfestação lá, porque isso faz parte
364 inclusive da questão de alvará. Não complete a Vigilância Ambiental em Saúde por não ter importância médica. No que diz

7

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



365 respeito a qualidade de mosquito lá, precisamos também avaliar, para saber qual a quantidade de mosquito tem no espaço se
366 mosquito da dengue, porque Maricá não tem só Aedes aegypti existem vários outros tipos aqui que não têm importância
367 médica, que é o que não atacamos, o culex por exemplo até o momento não é sabemos que o culex ele pode ser um vetor da
368 febre Oropouche, mas não temos aqui, temos outros mosquitos, outras espécies de mosquitos, essa quantidade que muitas
369 vezes que tem no Município ao entardecer na sua grande maioria não é Aedes aegypti, cita outros tipos de mosquitos, muitas
370 da vezes recebemos uma demanda solicitando para que passe o fumacê, e não funciona dessa forma, precisamos de índice e
371 inclusive ser à última opção por conta da agressividade do insumo, mas de toda forma vai reforçar com a equipe para dá uma
372 olhada no cemitério. O Conselheira Rose Mary fala da necessidade da visita por ter vários andares, que em relação as baratas
373 como falou que não é competência da Vigilância Ambiental, mas na casa seria necessária uma dedetização porque realmente é
374 uma cena, para quem já está fragilizado pela situação, porque impressão de abandono. O Presidente se mais alguém gostaria
375 de fazer o uso da palavra? Agradeço a presença do Gerente Ronald por mais uma vez estar presente. A Conselheira Denise
376 pede ao Presidente para que conceda a ela um minuto só para fazer um registro que é importante? O Presidente responde que
377 existe o momento próprio que é o informe gerais. A Conselheira Denise diz que não quer falar nos informes, quer enquanto as
378 pessoas estão aqui porque se senti desmerecida com que aconteceu e quer fazer o registro de que não pedir inversão da pauta.
379 Eu aponte que pediu em primeiro lugar e foi colocada por último e isso é uma coisa recorrente que não pode mais acontecer,
380 quem sugeriu a inversão foi o Conselheiro Moisés, ela só concordou só para registrar porque as coisas têm que ser corretas.
381 **Sexto ponto da pauta:** Convite a Subsecretária de Atenção Primária para apresentar o plano de ação para 2025. A Subsecretária
382 de Atenção Primária Regina Ferreira se apresenta, diz que é Médica de Família da Comunidade, atua há 20 anos na Atuação
383 Primária em Saúde, atuou em vários municípios: do Rio de Janeiro, Niterói e já está em Maricá há quatro anos, veio da base
384 como chamamos, há pouco estava como Médica RT da Unidade da Família do Posto central, foi da Unidade de Família do
385 Bairro da Amizade. Conhece um pouco da Rede de Maricá e bastante coisa da Medicina da família e da Atenção Primária em
386 Saúde. É Professora também Médica de Família da Comunidade, está nesse lugar agora como Subsecretária de Atenção
387 Primária. Diz que veio apresentar a convite do Conselho o nosso plano de ação para 2025, começa a apresentação com os
388 Objetivo de estruturar e fortalecer a Rede de Serviços da Atenção Primária À Saúde (APS) no Município, garantindo acesso
389 equitativo, qualificado e eficiente aos Serviços de Saúde. Objetivo Geral: Melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de
390 Atenção Primária à Saúde do município, proporcionando mais acesso e resolutiva para toda a população de Maricá, integrando
391 a APS a toda rede de atenção à saúde do município, fortalecendo a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Como objetivo
392 específicos enumeramos oito objetivos nesse momento. Segue explicando passo a passo todos os pontos elencados nos 08
393 objetivos gerais e específicos. Expandir e adequar as equipes de APS conforme as novas diretrizes de financiamento federal,
394 readequando o território e número de cadastrados, ampliando o acesso da população aos serviços de saúde e proporcionando
395 aumento do repasse federal ao município de Maricá. Adequar a infraestrutura das Unidades de Saúde da Família (USF) através
396 de reformas, ampliações, adequações e realocações das unidades já existentes, com previsão de construções de novas unidades,
397 em conformidade com o modelo proposto pelo Ministério da Saúde (MS). Proporcionar a aquisição de equipamentos para as
398 USF, a fim de modernizar e aumentar a resolutividade da APS. Investir em Educação Permanente (EP) dos profissionais de
399 saúde, melhorando a qualidade do cuidado ofertada a população. Monitorar continuamente os indicadores de qualidade da APS,
400 proporcionando ações eficientes de correção de rumo e gerando planejamento estratégico sobre as principais deficiências.
401 Fortalecer ações de promoção à saúde e prevenção de doenças. Fortalecer espaços para o exercício da participação e do controle
402 social dentro das Unidades de Saúde da Família com a parceria do Conselho Municipal de Saúde. Garantir transparência na
403 gestão e na comunicação com a população e os órgãos fiscalizadores. Lista ponto a ponto dos objetivos específicos do plano
404 de ação; primeiro a expandir e adequar as equipes aumentar imediatamente 08 (oito) nova equipes de atenção primária em
405 saúde, fizemos uma lista das unidades de saúde que estão com um número de cadastrados muito acima do que é esperado e
406 orientado pelo Ministério da Saúde e avaliar os horários das unidade para melhor atender a demanda da população, rever na
407 verdade o quantitativo de unidades que são aderida ao programa saúde na hora, horário estendido em Regiões estratégica.
408 Garantir todas as 10(dez) equipes multiprofissionais na APS EMULT completas, fazendo contratação dos novos profissionais
409 integrantes na EMULT que nesse momento estão em vacância. Garantir a presença de profissionais apoiadores distritais no
410 planejamento e controle de direção e organização das equipes de saúde da família e das equipes EMULT. Implantar o curso
411 introdutor em Saúde da Família aos futuros Profissionais e atualizar os profissionais já contratados da Atenção Primária em
412 Saúde. Substituir gradativamente a função de Enfermeiro Gestor. Com relação da adequação da infraestrutura; melhorar a
413 infraestrutura das Unidades de Saúde da Família já existentes e que já fizeram o diagnóstico e muitas unidades de saúde tem
414 problemas estruturais que ultrapassou muito o número de cadastrados e traz como prioridades as Unidades do Jardim Atlântico,
415 Chácara de Inoã, Guaratiba. Ubatiba que já está em processo de reforma, Retiro, Ponta Grossa e Inoã 2, mas sabemos de várias
416 unidades que tem muitos problemas. Realocação das seguintes Unidades: Barroco, Recanto e Mumbuca porque são unidades



417 que infraestruturalmente são bem inadequadas e que estão com a população cadastrada já bem acima do esperado. Garantir a
418 manutenção de equipamentos e retiradas de inservíveis. Inaugurar e construir novas unidades saúde da família. Inauguração da
419 unidade São Bento da Lagoa e construção de duas novas unidades pelo novo PAC, uma Itaipuaçu e outra no Caxito. Aquisição
420 de novos equipamentos para a APS participando do PAC seleções, escrevendo projetos de aquisição de eletro, novas câmaras
421 de imunobiológico, aquisição de equipamentos de tele saúde, ultrassom e Doppler, equipamentos “Point of Care”, materiais de
422 educação em saúde em geral, equipamento antropométricos, adquirir transporte para equipe do consultório na rua para garantir
423 a melhora do acompanhamento das pessoas em situação de rua. Investimento em Educação Permanente: Garantir espaço físico
424 para disseminação da educação permanente as equipes multiprofissionais. Articular junto as instituições de ensino técnico e
425 Universitário mudança nos seus cursos de técnicos, de graduação e Pós-graduação de acordo com as necessidades do SUS,
426 estimulando uma cultura de corresponsabilidade sanitária. Estabelecer tema prioritário de educação permanente neste primeiro
427 ano. Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, produtivo, inovativo e avaliativo em saúde para atender a população
428 de forma equitativa, considerando à diversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica social e redução da
429 dependência dos insumos para a saúde. Publicar o protocolo de enfermagem para APS a fim de padronizar assistência,
430 aumentar a resolutividade do cuidado e melhorar as qualidades dos atendimentos; isso inclusive já está em andamento. No eixo
431 de monitoramento rotina dos indicadores de qualidade da Atenção primária. vigilância dos indicadores pelos núcleos
432 administrativos das unidades. Reunião mensais de apresentação de indicadores com os gestores das unidades; Habilitar o envio
433 semanal de produção pelas unidades de Saúde da Família, analisar a possibilidade de bonificação às equipes que atingirem as
434 metas pactuadas por meio de alcance de variáveis 1 e 3; Fortalecimento das Ações de Promoção à Saúde e Prevenção de
435 Doenças: Capacitar de forma contínua as equipes de saúde da família para ampliar e qualificar as ações de promoção da saúde
436 e prevenção das doenças alinhadas as diretrizes de atenção primária. Convocar e participar das reuniões gerais das Unidades
437 de Saúde da Família para levantamento do diagnóstico situacional; capacitar as equipes de saúde da família para as ações
438 Integradas em vigilância em saúde e atenção básica para a arbovirose. Diz que o Ronald falou das capacitações e a Atenção
439 Primária também começou a capacitações com os profissionais de saúde sobre arbovirose desse ano, com um novo modelo de
440 fluxo de atendimento também do grupo A e do grupo B pela estratégia e vamos lançar uma nota técnica para que os Enfermeiros
441 também que estejam habilitados a esses atendimentos. O eixo de Fortalecimento de Espaços para o Exercício da Participação
442 e do Controle Social: Incentivar a criação dos Colegiados Gestores nas Unidades de Saúde da Família fortalecendo as unidades
443 que já possuem o grupo; participar de espaços deliberativos existentes no município relacionados com a atenção primária em
444 saúde por meio do envio de representações da Secretaria Municipal” Conselho Municipal de Saúde, COMSEA, CAISAN e
445 demais comissões. Propor e apoiar os eventos relacionados a participação sociais como; conferência, reuniões e seminários.
446 Eixo de Garantir a Transparência na Gestão na Comunicação: Garantindo mensalmente o espaço de reunião com Gerente de
447 serviço de saúde da Secretaria com gerente; garantir a representação no Conselho Municipal de Saúde além de apresentação
448 semestral de relatório contendo as principais ações e atividades desenvolvidas pela Secretaria e Subsecretaria; divulgar através
449 de canais oficiais de comunicação ações e atividades realizadas pelas Subsecretaria. Monitoramento e Avaliação: Para garantir
450 que as ações propostas sejam implementadas de forma eficiente e resultem em melhorias concretas na Atenção Primária à
451 Saúde, será adotado um sistema contínuo de monitoramento e avaliação, estruturado em três pilares principais. Serão definidos
452 indicadores quantitativos e qualitativos para medir a efetividade das ações, diz que está em construção ainda que englobam o:
453 Acesso e Cobertura: Número de atendimentos por UBS, tempo médio de espera, percentual de pacientes atendidos dentro do
454 prazo estipulado. Qualidade do Atendimento: Satisfação dos usuários, redução de reclamações, auditorias de qualidade nos
455 serviços prestados. Eficiência Operacional: Tempo de espera para consultas, taxa de absentismo dos profissionais, otimização
456 de recursos materiais e humanos. Promoção da Saúde: Participação da população em campanhas preventivas, adesão a
457 programas de acompanhamento de doenças crônicas. Métodos de Avaliação desses indicadores: Reuniões Periódicas:
458 Acompanhamento mensal dos resultados por meio de reuniões da equipe gestora da Atenção Primária. Auditorias Internas,
459 com visitas técnicas nas unidades para verificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. Pesquisas de Satisfação: Aplicação
460 de questionários junto aos usuários das UBS para identificar pontos de melhoria. Relatórios Gerenciais: Elaboração de
461 relatórios trimestrais apresentando dados comparativos e avanços no plano de ação. Ações Corretivas e de Melhoria Contínua:
462 Caso sejam identificadas falhas ou necessidades de ajustes no plano de ação, medidas corretivas serão implementadas de forma
463 imediata, priorizando: Redirecionamento de recursos para áreas com maior demanda. Reavaliação de processos internos para
464 melhorar a eficiência do atendimento. Capacitação adicional dos profissionais de saúde para lidar com desafios específicos.
465 Revisão de protocolos e fluxos de atendimento para otimizar a jornada do paciente dentro da unidade, diz que também estão
466 avançando nesse e é quesito de reavaliação desses protocolos de linhas de cuidados. Participação e Transparência: A
467 transparência na execução deste plano será garantida por meio da ampla divulgação dos resultados obtidos, possibilitando que
468 o Conselho Municipal de Saúde e a sociedade civil acompanhem a evolução das ações. Além disso, serão criados canais de

9

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



469 comunicação para receber sugestões e críticas, garantindo que a população tenha um papel ativo no processo de melhoria dos
470 serviços de saúde. Diz que como Considerações Finais, à Subsecretaria de Atenção Primária com a nossa equipe e time reforça
471 o compromisso com a melhoria contínua dos serviços de saúde, promovendo ações estratégicas baseadas em evidências e nas
472 necessidades da população. Reconhecemos os desafios enfrentados pelo setor, mas acreditamos que, por meio de um
473 planejamento estruturado, parcerias eficientes e a valorização dos profissionais de saúde, poderemos alcançar um sistema de
474 atendimento mais acessível, humanizado e resolutivo. A transparência na gestão e a participação ativa do Conselho Municipal
475 de Saúde e da comunidade são fundamentais para o êxito deste plano. Estamos abertos ao diálogo e à construção conjunta de
476 soluções que garantam não apenas a manutenção dos serviços, mas sua ampliação e aprimoramento contínuo. Dessa forma,
477 reforçamos nosso compromisso em oferecer uma Atenção Primária que atenda às reais necessidades da população, promovendo
478 qualidade de vida, prevenção de doenças e um atendimento digno e eficiente. Contamos com o apoio de todos para a
479 implementação deste plano e seguimos à disposição para eventuais contribuições e aprimoramentos. O Presidente diz que antes
480 de abrir para fala aqui, vai passar o comando da Mesa Diretora para o nosso Vice-Presidente porque precisa se ausentar por
481 conta de uma reunião de trabalho que não estava previamente agendada, mas lhe convocaram agora, infelizmente vai ter que
482 deixar o plenário, mas o Vice-Presidente vai conduzir a partir de agora, agradece a todos a reunião que tenham todos um bom
483 período de carnaval. A Conselheira Rose Mary diz que particularmente foi surpreendida com esse plano de ação por conta de
484 não ter tido e conhecimento dele anteriormente, a pauta foi divulgada, lhe parece, semana passada e não foi repassado ao
485 Conselho Municipal para até mesmo para fazermos alguma recomendação ou ressalva, quando vocês falam aqui de facilitar
486 o Conselho Municipal de Saúde e a sociedade civil, acompanha a evolução das ações, isso também faz parte, que nós
487 pudéssemos ter composto conjuntamente com a Secretaria esse plano de ação. Pergunta como é que o Conselho vai acompanhar
488 essa evolução das ações dentro desse plano de vocês, existe um outro plano que não é divulgado para o Conselho onde estão
489 previstos os recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Porque aqui não consta isso nesse plano de ação e até mesmo para
490 esse controle e evolução, nós precisamos de parâmetros, metas específicas dentro dessas metas, porque se elas estão colocadas
491 de forma generalista assim, impossibilita o controle, até mesmo para a correção de rumos, gostaria de saber se existe um outro
492 plano embutido que não é esse aqui, por questão do tempo, vocês não puderam especificar e gostaria também de solicitar que
493 esse plano de ação e outras iniciativas da gestão fossem compartilhadas conosco de forma anterior à própria reunião. A Dra.
494 Regina pede desculpas, porque realmente não compartilhamos antes o plano, diz que essas metas indicadoras estão em
495 construção e em pactuação e com certeza iremos mandar para apreciação do Conselho e também podemos em outro momento
496 mostrar essas metas e pactuações e indicadores construídos. O Conselheiro Moisés diz que sobre apresentação, reforça as falas
497 da Conselheira Rose Mary, chegar no dia para nós é muito ruim. Não conseguimos analisar, estava lhe perguntando quem
498 havia convidado para que fosse feita essa apresentação, mas foi informado que foi o Conselheiro Edson, mas enquanto ela
499 apresentava, acha que ela talvez esteja chegando nessa Subsecretaria agora, e claro com muita coisa, ideias e boas intenções,
500 ele não tem a menor dúvida disso, até pela sua apresentação, enquanto Médica de Família Comunitária, mas que ficou com
501 uma preocupação e chama até à responsabilidade para a Comissão de Atenção Básica que precisamos ver se esse plano de
502 ação está conversando com plano municipal de saúde e com a programação anual de saúde, fica aqui um desafio para pegar
503 com calma principalmente a Comissão de Atenção Básica e se debruçar para saber se estão conversando entre eles, porque
504 são boas ideias como falou, mas talvez elas possam não estar conversando com outros documentos que vão norteando essa
505 política dentro do município. A Conselheira Denise diz que vai ser um imenso prazer, acha que a Comissão da Atenção Básica,
506 onde está o Edson, Jorge, Mary e ela, vai ser um imenso prazer trabalharmos juntos e contribuir no que for possível. Diz que a
507 atenção primária nesse município está caótica, chama à atenção para as dificuldades e estruturas dos postos. Diz que na Unidade
508 de Saúde da 53, são 18 mil cadastrados, Unidade do Recantos está com 8 mil ou 11 mil cadastrados só tem duas salas, precisa
509 de infraestrutura e obra, aumentar equipe pela necessidade, sem ter espaço, não é possível e pode contar com a Comissão de
510 Atenção Básica firmemente para apoiá-la. O Vice Presidente pergunta sobre a substituição gradativa da função de Enfermeiro
511 Gestor, já sabe que tipo de gerência vai ter na Atenção Primária? A Dra. Regina explica que existe Unidade de Saúde no
512 município que tem uma equipe só, cita algumas delas e que nessa que temos agora, o Enfermeiro que é o Enfermeiro de
513 equipe é que atende a população também faz as vezes de gestão da unidade de saúde, outras unidades de saúde que são maiores
514 com mais equipes temos a figura sozinha do gestor e entendemos que talvez esse papel seja dividido e talvez não consiga ser
515 melhor efetivado se tiver em uma pessoa só, entende o papel do Enfermeiro assistencial e o papel do gestor. O Vice Presidente
516 pergunta sobre a contratação de novos profissionais integrante da EMULT, que tipo de contratação vai ser essa? A Dra. Regina
517 explica que nesse momento em que teremos uma OS, vai ser pela contratação da OS. O Vice Presidente pergunta se já tem essa
518 OS, porque aqui a contratação está para o primeiro trimestre de 2025, já tem essa empresa? O Conselheiro Sandro diz que
519 quando o Secretário Marcelo esteve aqui na reunião passada falou que estávamos fazendo um processo emergencial e até queria
520 colocar aqui e ia fazer a inscrição, mas a Dra. Regina pegou esse turbilhão, porque que a GNOSIS saiu em concordância com

10

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



521 esse Conselho e a gestão que entrou entendeu que a GNOSIS não poderia estar de volta. A GNOSIS e a FEMAR também
522 saindo, porque no plano da outra gestão a FEMAR assumiria a questão da Atenção Básica como a GNOSIS, então teve que
523 ser feito um processo muito ligeiro, no que foi feito exatamente isso, por isso não tem muitas alterações até o momento nesse
524 primeiro momento, mas estamos construindo um outro processo licitatório para fazer não emergencialmente, com chamamento
525 público, para fazer para nova OS, mas já tem uma OS, o resultado saiu sexta-feira passada, é a OS CEMPS já assinou o
526 contratos, está percorrendo as Unidade para que não haja um rompimento no serviço, já estão conversando com as pessoas,
527 aqueles que puderem ser aproveitados, de alguma forma desejam saber que seletiva vai ser. Sobre os Agente de Saúde
528 possivelmente vai demorar um pouquinho porque tem que ser feito um chamamento público para que eles possam estar fazendo.
529 Essa OS já está começando a trabalhar por aí emergencialmente em cima da nova lei de licitação 14133, ela só pode ficar por
530 um ano, hoje não pode mais ser renovado, mas na verdade tem uma causa no contrato que assim que o processo novo estiver
531 totalmente pronto e com o desenho efetivamente da atenção básica e inclusive, respondendo a Conselheira Rose Mary, as
532 questões dentro desse processo e desse é ETP tem que estar colocando todos os detalhes de como vai ser feito, como vão ser
533 os gastos, comprovando inclusive ali, na fala do Conselheiro Moisés, que tem que se comprovar no ETP que o custo vai ser a
534 melhor economicidade é um ponto importante na questão das contratações, então isso vai estar lá dentro da ETP por isso que
535 demora mais, você não consegue fazer mais com a nova Lei de licitação 14133 um processo seja lá do que for comprar, que
536 seja uma lâmpada, com menos de seis meses, então estamos fazendo isso. A OS vai começar trabalhar emergencialmente, já
537 está começando, depois do carnaval vai estar em pleno funcionamento. Diz que a Dra. Regina tem um trabalho bem bacana e
538 bem pesado, mas, principalmente, reiterar o que o Secretário falou a primeira reunião e também na audiência pública que foi
539 feita nesta Câmara, a Atenção Básica é a nossa prioridade. O Carro Chefe desta administração é a Atenção Básica, entendemos
540 que se à Atenção Básica funcionar bem, todo o resto e os hospitais só fazerem o que realmente for emergência, assim
541 entendemos que esse é o compromisso desta gestão. O Conselheiro Rodrigo Cantini diz que no Centro de Diagnóstico hoje foi
542 o último dia de trabalho dos profissionais, estão de aviso prévio. Pergunta se já existe uma OS para assumir esses serviços,
543 porque a partir de amanhã não teria mais ninguém para trabalhar. O Conselheiro Sandro diz que a OS CEMPS também vai
544 assumir à atenção especializada nesse momento, por isso não vamos ter grandes alterações porque se aproveitou o processo
545 que estava para tocar. É lógico que é um processo de construção, parece que já foi alguém nas unidades e conversou com alguns
546 médicos para que não haja interrupção do serviço, essa é a ideia da gestão. O Conselheiro Moisés chama a atenção para um
547 ponto. Mais uma vez falamos dos Agentes Comunitários de Saúde, na última reunião que tivemos do Conselho havia uma
548 preocupação se os Profissionais que trabalham na GNOSIS hoje serão absorvidos por essa nova Organização Social que até
549 então caminhava para ser a OS Mar de Espanha. Aos 45 do segundo tempo entrou a OS CEMPS, Acha que tem várias discussões
550 para levantarmos sobre isso, que é um tipo de coisa que não passa por esse colegiado, não sabe por qual motivo infelizmente.
551 Que desde que entende um pouquinho sobre o assunto, sabe que esse processo deveria ser por chamamento e cita o rito. Enfim,
552 tem uma questão emergencial, mas chama à atenção dos Agentes Comunitários de Saúde especificamente, eles não podem ser
553 absorvidos, precisa ser criado um novo processo seletivo público conforme a Lei 11.350, como estamos falando de legalidade,
554 precisamos cumprir a lei 11.350. Como é que a forma de contratação? Processo seletivo público? vai ser pela OS? mas que seja
555 público, com entrega de título, tem que ter prova, não pode ser do jeito que está sendo, em absorver todo mundo, acha que vai
556 até no sentido de tensionarmos mais uma vez e provocar a Procuradoria, já que eles são o órgão de assessoramento do executivo.
557 Acredita que o Executivo possa estar errando, mas eu não sou jurista. Pede desculpa e faz sua alta descrição, diz que temos
558 visuais aqui nos assistindo, pede o cuidado de todos nós para isso quando formos nos apresentar e esse cuidado e empatia com
559 os outros. O Conselheiro Sandro fala para o Conselheiro Moisés que foi exatamente o que respondeu a OS vai fazer um processo
560 seletivo, porque realmente ela não pode absorver os outros, a contratação vai ser pela OS. Sobre a OS não era mais Mar de
561 Espanha, que chamou à atenção na última reunião, porque a Anna Quintanilha colocou isso e ele falou que a Mar de Espanha
562 havia se qualificado como OS para competir aqui, houve a competição. Se você pegar o JOM de sexta-feira passada, estão lá
563 as três empresas que vieram propostas na qual a CEMPES saiu vencedora. Esse é o processo, não há nada que não seja dentro
564 do que a lei determina. O Conselheiro Edson diz que aproveitando essas falas sobre concursos e contratação por OS, tem
565 recebido muitas denúncias, mas infelizmente não podemos fazer as visitas para confirmar por falta de carro, entende a situação
566 dos concursados, mesmo porque pagaram, estudaram e passaram no concurso, mas existe os direitos e os deveres. Diz que
567 devido à essa insegurança os serviços nas Unidades de Saúde não estão acontecendo e teria que ter alguma forma de ajudar os
568 que passaram no concurso, porque os que já são concursados muitas das vezes estão cobrindo os colegas das equipes que estão
569 desfalcadas e deixando os usuários desassistidos. A Subsecretária Dra. Regina pede ao Conselheiro Edson que encaminhe
570 essas denúncias. Diz que tem trabalhado junto às Unidades de Saúde da Família, as Gerentes e aos Médicos para justamente
571 conversar e tentar manter o máximo possível a integridade do serviço nesse processo de transição, sabemos que os trabalhadores
572 nesse momento o que estão em aviso prévio, isso impacta em alguns horários, alguns precisam sair mais cedo pela Lei



573 trabalhista, mas conseguimos minimizar as vacâncias e deixar os serviços em andamento, mas gostaria de apurar essas
574 denúncias para melhoramos o serviço daqui para frente. O Conselheiro Sandro faz uma colocação sobre a fala da Conselheira
575 Denise na questão da estrutura, diz que temos debruçado muito sobre a estrutura das Unidades de Saúde da Família, porque na
576 verdade tem Unidades de Saúde da Família que são as mesmas desde 2004 e até antes, temos debruçado sobre isso; o Ministério
577 da Saúde lançou o edital do Pacto que vai dar condições para construirmos novas Unidades próprias e Unidade de Saúde
578 Odontológica. Então vamos investir nisso, porque sabemos que tem muita Unidade que realmente não tem condição. A Unidade
579 do Barroco é uma questão que sabemos que já extrapolou muito, e com isso, inclusive, deixamos de faturar no município para
580 gerar novas equipes. Que logo que terminar aqui vamos chamar o Conselho para conversar, identificar e sanar essas questões.
581 O Vice Presidente agradece a presença da Subsecretária Regina. O Conselheiro Moisés diz que como não houve debate, e
582 houve a leitura dos ofícios, como a Conselheira Denise muito bem sinalizou que não estava aberto para debate, mas quer falar
583 um pouco sobre esse ofício, que foi a resposta da Secretaria. Continua defendendo aqui a sua tese de que são muitas respostas
584 que deixam muitas coisas em aberto ainda. Fala sobre os itens 1 e 4 que falam sobre a questão da FEMAR que já vem
585 defendendo há bastante; tempo, que o Conselho precisa se posicionar e emitir parecer. Que vai estar protocolando na Mesa
586 Diretora um parecer feito com algumas mãos sobre isso e que traz vários considerandos para que seja do conhecimento de
587 todos os Conselheiros e que possamos apreciar, já deixa como item de pauta para a próxima reunião para que seja votado e
588 aprovado o parecer sobre a extinção da FEMAR. Sobre item 2, a transmissão da reunião do Conselho Municipal de Saúde,
589 parece que tem um prazo de 60 dias, mas chama a atenção que isso já está rolando há dois anos e vamos ter que esperar mais
590 60 dias, não podemos esperar mais isso, precisamos chamar essa responsabilidade para nós mais uma vez, por que ainda não
591 batemos na porta do Ministério Público? cita o exemplo do Conselheiro Cunha sobre a questão das ambulâncias. Por que o
592 Conselho não vai falar sobre essas questões? porque Promotor que fez a recomendação, deve estar achando que como não
593 voltou, deve estar tudo resolvido, só que temos o problema do carro da Conselheira, que não consegue chegar ao Rio, a sala do
594 Conselho que a Secretária Executiva está trabalhando sem manutenção no ar condicionado. A sugestão é interromper os
595 trabalhos igual fizemos no passado com a outra sala, discutimos saúde do trabalhador, mas a trabalhadora não tem condição de
596 trabalhar. Diz que o item 2 é um ponto que precisamos pensar e o Conselho precisa se manifestar sobre isso, não dá mais para
597 aceitar esse tipo de resposta que talvez em 60 dias aproximadamente ou mais ou menos, vai ficar tudo bem e ainda corremos o
598 risco de precisar de mais 60 dias para essa resposta. Fica muito em aberto. Sobre o item 3 a questão do VITACARE e o que
599 vai ser feito com os dados se vai vir ou não da GNOSIS, acha que não tínhamos que estar discutindo aqui qual o software
600 privado, qual o programa privado que vamos pagar, temos que estar discutindo porque que não utiliza o E-SUS no município,
601 esse seria o ponto da discussão, a quem interessa não utilizar o E-SUS. Para quem não sabe o E-SUS é um programa, do
602 Governo onde alimentamos os dados dos usuários e serviços. O Conselho não tem que estar discutindo aqui: que vai ser feito
603 com os dados do VITACARE temos que estar discutindo para que seja implantado o E-SUS. O item 5 é sobre o prédio que foi
604 desapropriado e que seria o Centro Materno, tem bastante coisa interessante, os casos de TEIA, os casos de gestantes, mas
605 quando? não tem prazo, precisamos trabalhar minimamente com algum planejamento, com datas e prazos ou quando vai
606 acontecer, ainda mais a questão materno infantil que é algo que já vimos denunciando neste Conselho há muitos anos, com
607 relato de morte de crianças e de mulheres, não dá para aceitar uma resposta que desapropriou, esse é o teor da resposta. O item
608 6 é sobre a questão do Posto do Ubatiba a partir do dia 20 de fevereiro vai ser instalada uma unidade modular, o item seis mais
609 uma vez, não traz um planejamento de quando vai ser resolvido, até quando que vamos continuar com atendimento em unidade
610 modular? a gestão se compromete a atender às exigências e as especificidades do Ministério da Saúde, mas até quando?
611 precisamos minimamente de algum prazo. O item 7 ele fala sobre o profissional de libras e ele vai um pouco de encontro com
612 o item que fala da transmissão das reuniões do Conselho e a resposta é que vai ter uma confluência de agenda, vamos ver se o
613 profissional pode estar aqui e o Conselheiro Sandro falou anteriormente quando estava sendo lido o ofício que só teria esse
614 profissional talvez, quando as reuniões tivessem sendo transmitidas. Pergunta como assim? se temos alguém surdo aqui na
615 plateia e não temos um profissional de Libras; precisamos desse profissional independente de transmissão ou não essas coisas
616 não estão conectadas, pode ser que tenha aqui na plateia alguém que seja surdo, mas precisamos garantir, inclusive lembrar
617 novamente que na reunião passada falou que isso foi aprovado na última Conferência Municipal de Saúde e está no plano
618 municipal de saúde, então precisamos garantir que isso esteja aqui. Item 8, fala que a Secretaria Municipal de Saúde entende
619 que a utilização de OS no apoio de gestão da Saúde garante agilidade, eficiência e eficácia nos procedimentos correspondentes
620 ao bom funcionamento da atenção primária e atenção especializada. Pergunta se é isso que estamos vendo? Há quanto tempo
621 que estamos aqui com OS no município? Ele entende agilidade, eficiência e eficácia de uma outra forma, então assim essa
622 resposta para ele não o atende e o que falamos na última reunião foi que se não concordássemos com a resposta não iríamos
623 avançar com a pauta, se o colegiado, em especial segmento de usuário concorda com isso, pede desculpa porque é desse
624 segmento também. O item 9, sobre o IFA o município diz que não faz parte do rol; precisamos entender um pouco melhor. Se

12

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



625 coloca também nesse lugar sobre IFA, diz que não entende muito bem, mas já tivemos explicações excelentes sobre o IFA
626 aqui nesse colegiado que fala que o município tem sim, tem um lado dizendo que não tem e outro lado dizendo que tem,
627 precisamos entender até mesmo para entrar nessa discussão com um pouco mais de propriedade, mas ele ouve que tem e a
628 Secretaria tá dizendo que não tem, precisamos nos aprofundar um pouco mais. O item 10 a Secretaria diz que já respondeu no
629 item 8 e o item 11 é que fala sobre a contratação dos Agentes Comunitários de Saúde. Mais uma vez (já falou três vezes) e vai
630 falar mais uma vez, precisa cumprir a legislação do processo seletivo público. Diz que está muito preocupado, hoje é o último
631 dia de trabalho de algumas pessoas como o colega Conselheiro colocou, se vamos fazer um processo seletivo público, a
632 gente lança e faz chamamento, cita todos os trâmites de uma convocação de Processo Seletivo ou Chamamento Público, com
633 esse processo já se passaram 15 dias, só que as pessoas estão deixando de trabalhar hoje, semana que vem tem o carnaval, os
634 postos vão estar fechados, a atenção especializada vai estar fechada, mas como é que vai ser público dessa forma? Como vai
635 ser o prazo? não está entendendo de verdade, pede desculpa pela sua falta de compreensão, chama a atenção mais uma vez que
636 esse processo seletivo precisa ser público em especial dos Agentes Comunitários de Saúde. Chama a responsabilidade mais
637 uma vez para esse Conselho para que possamos emitir um parecer sobre essa questão do concurso porque é algo que é sério.
638 Enaltecer o Fórum de saúde do Trabalhador e da trabalhadora que aconteceu nesse mês no CEPT Zilca Lopes da Fontoura,
639 com alguma dificuldade, mas conseguimos fazer um evento que estava no cronograma que é o caminho para 5ª Conferência
640 Nacional da Saúde do trabalhador e da trabalhadora. Agradece a todas as pessoas envolvidas, Denise, Anna Quintanilha e Jorge
641 e as pessoas que estavam lá presentes, o Conselheiro Sandro e a Secretária Executiva Laudeci também que nos ajudou bastante,
642 com produção de convite, agradecer a Direção da escola que cedeu aquele espaço que pudéssemos utilizar escola que não
643 funciona no sábado. Chamar atenção para uma última coisa, sobre a publicidade das nossas atas, essa semana lhe foi perguntado
644 sobre a publicidade das atas, parece que tinha algumas atas de alguns meses atrás, que não tinha sido publicado. O Conselheiro
645 Sandro diz que gostaria de responder algumas coisas que foi citado pelo Conselheiro Moisés sobre a questão da Unidade de
646 Saúde do Ubatiba. Os modulares e a unidade móvel já estão lá e a obra já está sendo preparada para ser feito, na verdade
647 tomamos atitude de construir um Posto novo por isso essa questão, para que funciona adequadamente porque a unidade móvel
648 também não tenderia, mais o modular vai atender adequadamente, tem muitas unidades podem ser construídas modularmente.
649 Sobre a área da saúde e do sistema à Secretaria está estudando essa possibilidade de usar o Mais Saúde até porque algumas
650 questões da Atenção Primária inclusive vamos ter que estar Mais Saúde. **Oitavo ponto da pauta:** Sugestão de pauta para
651 próxima reunião. A Conselheira Denise diz que quer uma pauta respeitada, que seja colocada como foi solicitada, não com o
652 último ponto como sempre acontece o desrespeito máximo ao segmento usuário e sua pessoa, sugere como pauta que seja
653 apresentado a este pleno os documentos que fundamentaram o prazo de 10 dias para entrega de ata que estava atrasada no dia
654 que foi detectada e como que uma indicação vigente para um ano inteiro no início do ano foi cobrada, e porque o representante
655 legal da instituição não é portadora documentação o que seria normal levar do Conselho, trazer as necessidade do Conselho e
656 de trazer informações da Associação, quer que essa pauta seja respeitada rigorosamente, não aceita mais pauta por último
657 com as respostas solicitação que fará por e-mail. O Conselheiro Sandro diz que ia deixar para depois, mas aproveitando a fala
658 da Conselheira Denise, gostaria de pedir a Mesa que apresente na próxima reunião, já que falando tanto de legalidade e tanto
659 que está certo; que Mesa apresentasse na próxima reunião como estão as documentações de todas as Entidades, além disso tem
660 uma outra coisa que é regimental que são as faltas, tem um número de faltas que precisam ser respeitadas. A Entidade precisa
661 mudar o Conselheiro, então que essas solicitações fossem apresentadas na próxima reunião. A Conselheira Denise diz que
662 gostaria que fosse colocado o problema do carro; o Conselho tem que dar um prazo para essa solução, que está tendo despesas
663 absurdas para fazer um trabalho voluntário. Conselheiro Edson diz que a respeito das faltas já foi resolvido e votado aqui e na
664 Comissão de Ética que só voltaria a ser computada a partir da entrada da nova gestão. O Conselheiro Sandro diz que só tem a
665 gestão e os Conselheiros sempre serão da gestão, se foi resolvido não sabia, porque no Regimento Interno diz que são 04 faltas.
666 O Conselheiro Cunha solicita que fosse enviado dois ofícios para à Secretaria de Saúde. Primeiro: Solicitando a mais uma vez
667 a presença do representante Mahatma Gandhi; segundo: solicitando o prazo do término de contrato celebrado entre a Secretária
668 de Saúde e a empresa LEFE de EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME dentro do nosso município. Terceiro: a cópia também
669 do contrato dessa CEMPS serviço emergencial, para que possamos avaliar. A Secretária Geral diz que pela terceira vez pediu
670 para deixar a Mesa Diretora porque, tem sido palco de agressões e de perseguição aqui no pleno, da última vez tinha pedido
671 para sair conversou com o Conselheiro Sandro ele pediu para que continuasse pelo menos pelas próximas três meses, em
672 abril já terá eleição para Mesa Diretora e para não causar um tumulto no Conselho fiquei, só que não quer mais aceitar
673 agressões e acusações, sempre foi uma excelente profissional, não tem a necessidade de passar por isso, tem 74 anos e exige
674 respeito a sua pessoa, então seu ponto de pauta para a próxima reunião, é que a plenária eleja alguém para sentar aqui no seu
675 lugar. Senta aqui e faça melhor o que ela faz. **Nono ponto da pauta:** Informes Gerais: Não teve. O Vice Presidente agradece
676 a todos pela presença, encerra a reunião às 16:07min. (dezesseis horas e sete minutos) convida a todos para nossa próxima

13

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – 3º andar, sala 310 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 99168-9877

E-mail: cms.marica@hotmail.com



677 reunião ordinária no dia 27 de março, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária
678 Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar
679 a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 27 de fevereiro de 2025.
680 XXX

681

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

682

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

683

684

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

685

Sandro dos Santos Ronchetti
Gestor – Sec. de Saúde

Edson Gonçalves de Oliveira
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

686

687

688

689

Denise Marchon Tinoco
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçú - 4º Distrito

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

690

691

692

Leila Maia da Silva
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

693

Antônio Carlos da Cunha
Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

Renata do Nascimento Frazão
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

694

695

696

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho 2º Distrito

697